



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual
do
Contrato de Gestão celebrado entre o
MCTIC e o IDSM-OS
Exercício de 2016

Parte III

Tefé (AM)

Dezembro de 2016

1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Critérios e procedimentos adotados

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária de nº.11.638/07, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ainda a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº.1.409/12, que aprovou a ITG 2002 que dispõe sobre entidades sem fins lucrativos.

Os critérios e procedimentos contábeis foram mencionados nas notas explicativas reproduzidas a seguir e ratificados pela empresa de Auditoria Independente em seu parecer sobre as contas de 2016. É possível consultar estas informações no site do IDSM www.mamiraua.org.br.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores do

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS

Tefé – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de janeiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Continuidade operacional

Conforme apresentado na Nota 01, em 09 de junho de 2016 foi assinado 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de junho de 2017. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. O IDSM elaborou e encaminhou em outubro de 2016 a documentação necessária para a celebração do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no valor de R\$ 9.200 mil. Este termo foi assinado em 16 de dezembro de 2016 e o valor repassado integralmente ainda em dezembro de 2016. Em 4 de janeiro de 2017, foi assinado 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no valor de R\$ 1.860 mil, referente a documentação preparatória para celebração do Termo Aditivo ao terceiro ciclo do Contrato de Gestão e para cobertura dos custos das atividades executadas durante o segundo semestre de 2016. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

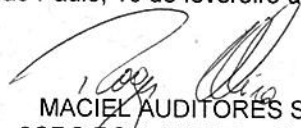
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

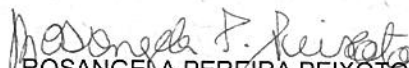
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS/5.460/O-0 - S - SP
ROGERMACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS - 71.505/O-3 - S- SP



ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - SP
Sócia Responsável Técnica



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM – OS – CNPJ: 03.119.820/0001-95

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
			(Reapresentada)				(Reapresentada)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.925.586	1.708.113	Fornecedores		33.889	515.997
Recursos vinculados a convênios	5	16.658.160	3.811.684	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.924.185	2.325.764
Créditos a receber	6	183.434	1.276.184	Obrigações tributárias		170.817	336.184
Estoques	7	<u>97.024</u>	<u>170.944</u>	Outras contas a pagar		366.464	415.209
				Obrigações com recursos de projetos	11	<u>9.527.038</u>	<u>1.686.901</u>
Total do circulante		<u>18.864.205</u>	<u>6.966.925</u>	Total do circulante		<u>12.022.392</u>	<u>5.280.055</u>
Não circulante				Não Circulante			
Processos judiciais		44.339	44.339	Outras contas a pagar		75.799	44.339
Imobilizado	8	12.575.679	13.563.439	Investimentos com recursos de projetos	11	<u>11.787.591</u>	<u>12.944.246</u>
Intangível	9	104.178	153.476				
Total do não circulante		<u>12.724.196</u>	<u>13.761.254</u>	Total do não circulante		<u>11.863.390</u>	<u>12.988.585</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Patrimônio social		2.459.539	2.047.315
				Superávit acumulado		<u>5.243.080</u>	<u>412.224</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>7.702.619</u>	<u>2.459.539</u>
Total do ativo		<u>31.588.401</u>	<u>20.728.179</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>31.588.401</u>	<u>20.728.179</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Nota	2016	2015 (Reapresentada)
Receita operacional líquida	14	24.042.580	23.940.360,88
Custo das atividades	15	<u>(13.740.339)</u>	<u>(16.569.674)</u>
Superávit bruto		10.302.241	7.370.686
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(1.982.328)	(2.113.433)
Despesas gerais e administrativas	17	(2.835.655)	(4.682.659)
Despesas tributárias		(342.968)	(218.826)
Outras despesas operacionais			5.997
Superávit antes do resultado financeiro		<u>5.141.289</u>	<u>361.765</u>
Receitas financeiras		295.352	144.557
Despesas financeiras		<u>(193.561)</u>	<u>(94.098)</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>101.791</u>	<u>50.459</u>
Superávit do exercício		<u><u>5.243.080</u></u>	<u><u>412.224</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	2016	2015 (Reapresentada)
Superávit/Déficit do exercício	5.243.080	412.224
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>5.243.080</u></u>	<u><u>412.224</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015 (Reapresentada)	1.893.597	153.718	2.047.315
Incorporação do superávit acumulado	153.718	(153.718)	-
Superávit do Exercício	-	484.182	484.182
Ajuste identificado em 2016 relativo a 2015	-	(71.958)	(71.958)
Superávit do exercício	-	412.224	412.224
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentada)	2.047.315	412.224	2.047.315
Incorporação do superávit acumulado	412.224	(412.224)	-
Superávit do exercício	-	5.243.080	5.243.080
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>2.459.359</u>	<u>5.243.080</u>	<u>7.702.619</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora - CRC/AM 010141/O-0



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(Reapresentada)
Superávit do exercício	5.243.080	412.224
Depreciação e amortização	1.305.489	1.653.329
Baixas do imobilizado e intangível	197.297	3.261
Juros sobre empréstimos tomados	-	-
	<u>6.745.867</u>	<u>2.068.814</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a convênios	(12.846.477)	4.503.973
Créditos a receber	1.092.750	(667.983)
Estoques	73.919	(21.846)
Depósitos judiciais	-	(3.393)
	<u>(11.679.807)</u>	<u>(3.810.751)</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(482.108)	315.932
Obrigações sociais e trabalhistas	(401.579)	693.871
Obrigações tributárias	(165.367)	247.575
Outras contas a pagar	(48.745)	169.355
Obrigações com recursos de convênios	6.714.941	(6.560.235)
	<u>5.617.142</u>	<u>5.133.502</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>683.201</u>	<u>746.062</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(465.729)	(270.960)
Aquisição de intangível	-	-
	<u>(465.729)</u>	<u>(270.960)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(465.729)</u>	<u>(270.960)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	217.473	475.102
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>1.708.113</u>	<u>1.233.011</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>1.925.586</u></u>	<u><u>1.708.113</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais)

1 Contexto Operacional

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas alagáveis;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação do meio ambiente da Região Amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologia sustentável.



As atividades desenvolvidas pelo Instituto estão atreladas às metas e prazos descritos em contrato de gestão, conforme aditamento do contrato firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Em 09 de junho de 2016 foi assinado 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de junho de 2017. Ainda em dezembro de 2016, foi elaborada e enviada a documentação para pactuação do 17º Termo Aditivo, o qual foi assinado em 04 de janeiro de 2017. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Vide informações sobre a gestão financeira do referido Contrato na Nota Explicativa nº 19.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento. Em 2016 o IDSM firmou convênio também, com a Fundação Gordon Moore, cuja finalidade é apoiar a Consolidação e Disseminação de Práticas Sustentáveis de Gestão de Recursos Naturais em Áreas Úmidas.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo e comércio de artesanato, promovendo o desenvolvimento do artesanato regional e a inserção dos artesãos locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no



Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 8 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e



tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Recursos vinculados a projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

d. Créditos a receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

e. Estoque

Mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de estoque é determinado com base no custo médio de aquisição ou produção dos gastos incorridos.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.



ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa nº 8.

iv. Obras em andamento

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

g. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.



Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Receita operacional

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do Contrato de Gestão firmado com o MCTIC, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanatos são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

i. Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

ii. Imobilizado

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.



iii. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

o. Isenções fiscais

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10 e 18, IV):

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.



4 Caixa e Equivalente de Caixa

	2016	2015
Caixa	4.634	5.211
Bancos	20.496	88.644
Aplicações financeiras	1.900.456	1.614.258
	<u>1.925.586</u>	<u>1.708.113</u>

5 Recursos Vinculados a Projetos

	2016	2015
Caixa	1.492	1.112
Bancos	26.094	1.162
Aplicações financeiras	16.630.574	3.809.410
	<u>16.658.160</u>	<u>3.811.684</u>

Composição por projeto:

	2016	2015
Contrato de Gestão – Subvenção MCTIC	9.595.003	1.922.667
Convênio BNDES	1.948.931	1.770.098
Convênio Moore	5.085.458	-
Convênio Petrobrás	-	89.764
Convênio Ramsar WFF	10.542	28.035
Convênio. Cooperforte	17.252	
Convênio WWF	-	1.120
Convênio Animal Crisis	975,61	-
	<u>16.658.160</u>	<u>3.811.684</u>

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,87% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.



6 Créditos a Receber

	2016	2015
Recursos Contrato de Gestão a Receber	-	1.037.967
Recursos de clientes	16.192	85.520
Adiantamentos a fornecedores	87.119	59.773
Adiantamentos a funcionários	49.412	47.894
Créditos tributários	7.750	15.062
Adiantamentos de viagens	22.961	29.968
	183.434	1.276.184

7 Estoques

Referem-se basicamente aos produtos para revenda da loja de artesanatos (periódicos, artesanatos, etc.).

8 Imobilizado

	2016	2015
Bens próprios	892.268	604.375
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	11.787.591	12.959.064
	12.575.679	13.563.439

Resumo da movimentação anual:

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2016
Custo						
Terrenos	10.000	-	-	-	-	10.000
Edificações	10.660.711	-	-	-	-	10.660.711
Instalações	433.262	-	-	103.240	-	536.502
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.059.070	244.401	(11.749)	-	-	4.291.722
Equipamentos de informática	2.003.525	4.400	(18.292)	-	-	1.989.633
Veículos	718.997	-	(42.990)	-	-	676.007
Móveis e utensílios	1.432.569	6.873	(21.027)	-	-	1.418.415
Biblioteca	54.663	-	-	-	-	54.663
Benfeitorias	1.456.957	-	-	-	-	1.456.957
Imobilizado em andamento	283.096	106.817	-	(103.240)	-	286.673
	21.112.850	362.491	(94.058)	-	-	21.381.283
Depreciação Acumulada						
Edificações	(1.930.221)	(190.786)	-	-	-	(2.121.007)
Instalações	(253.906)	(13.494)	-	-	-	(267.400)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.074.280)	(347.486)	10.620	-	-	(2.411.146)



Equipamentos de informática	(1.444.249)	(248.468)	6.242	-	-	(1.686.475)
Veículos	(334.631)	(57.188)	37.616	-	-	(354.203)
Moveis e utensílios	(538.462)	(119.151)	14.791	-	-	(642.822)
Benfeitorias	(973.662)	(348.889)	-	-	-	(1.322.551)
	(7.549.411)	(1.325.462)	69.269	-	-	(8.805.604)
Imobilizado Líquido	13.563.439	(962.971)	(24.789)	-	-	12.575.679

	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2015
Custo						
Terrenos	10.000	-	-	-	-	10.000
Edificações	10.660.711	-	-	-	-	10.660.711
Instalações	433.262	-	-	-	-	433.262
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3.927.735	139.705	(17.343)	8.921	52	4.059.070
Equipamentos de informática	2.007.026	15.543	(11.380)	(11.257)	3.593	2.003.525
Veículos	718.997	-	-	-	-	718.997
Móveis e utensílios	1.424.060	7.423	(630)	2.336	(620)	1.432.569
Biblioteca	53.619	1.044	-	-	-	54.663
Benfeitorias	1.321.428	-	-	135.529	-	1.456.957
Imobilizado em andamento	315.385	103.240	-	(135.529)	-	283.096
	20.872.223	266.955	(29.353)	-	3.025	21.112.850
Depreciação Acumulada						
Edificações	(1.739.835)	(193.848)	-	-	3.462	(1.930.221)
Instalações	(240.647)	(13.259)	-	-	-	(253.906)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(1.638.750)	(452.478)	16.782	-	166	(2.074.280)
Equipamentos de informática	(1.115.260)	(338.617)	9.251	-	377	(1.444.249)
Veículos	(267.136)	(67.495)	-	-	-	(334.631)
Moveis e utensílios	(411.273)	(127.247)	58	-	-	(538.462)
Benfeitorias	(569.777)	(403.885)	-	-	-	(973.662)
	(5.982.678)	(1.596.829)	26.091	-	4.005	(7.549.411)
Imobilizado Líquido	14.889.545	(1.329.874)	(3.262)	-	7.030	13.563.439



Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:

Em 2016 foi realizada verificação geral nos bens para avaliar a situação atual dos mesmos, considerando as restrições de uso e de manutenção dos bens, o que foi constatado que o estado de conservação dos bens avaliados, não sofreu alteração significativa nos últimos doze meses. Concluiu-se então que os seus valores residuais estão de acordo com seus estados de conservação atual.

9 Intangível

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2016
Custo						
Software	329.641	-	-	-	-	329.641
Licenças Office Profissional	3.207	-	-	-	-	3.207
Licenças Windows 98	34.196	-	-	-	-	34.196
	367.044	-	-	-	-	367.044

Amortização

Custo						
Software	(192.937)	(42.317)	-	-	-	(235.254)
Licenças Office Profissional	(1.176)	(642)	-	-	-	(1.818)
Licenças Windows 98	(19.456)	(6.339)	-	-	-	(25.795)
	(213.569)	(49.298)	-	-	-	(262.866)

Intangível Líquido	153.476	(59.524)	-	-	-	153.476
---------------------------	----------------	-----------------	----------	----------	----------	----------------

	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2015
Custo						
Software	205.638	-	-	124.003	-	329.641
Licenças Office Profissional	68.158	-	-	(64.951)	-	3.207
Licenças Windows 98	62.718	-	-	(28.522)	-	34.196
DCU Sistemas	28.736	-	-	(28.736)	-	-
Ebeam	1.794	-	-	(1.794)	-	-
	367.044	-	-	-	-	367.044

Amortização

Custo						
Software	(140.393)	(52.544)	-	-	-	(192.937)
Licenças Office Profissional	(534)	(642)	-	-	-	(1.176)
Licenças Windows 98	(13.117)	(6.338)	-	-	-	(19.456)
	(154.044)	(59.524)	-	-	-	(213.569)

Intangível Líquido	213.000	(59.524)	-	-	-	153.476
---------------------------	----------------	-----------------	----------	----------	----------	----------------



10 Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
Férias a pagar	1.033.949	962.693
INSS sobre salários	450.628	934.369
INSS sobre férias	263.657	245.487
FGTS sobre férias	82.716	77.015
Outros passivos	93.235	106.200
	1.924.185	2.325.764

11 Obrigações com recursos de projetos

	2016	2015
Subvenção MCTIC	7.626.997	-
Convênio BNDES	1.900.040	1.686.901
	9.527.037	1.686.901

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 9.527.037 de recursos recebidos a título de Contrato de Gestão com o MCTIC e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura da entidade, que ainda não foram executados. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Os saldos dos recursos recebidos em 2016 serão destinados para compor a reserva técnica estabelecida e para continuidade das ações iniciadas em 2016.

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 12.575.679, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.

12 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.



c. Ajustes de exercícios anteriores

No decorrer do exercício de 2016, foram identificados e procedidos ajustes do exercício anterior, no total de R\$ 71.958 correspondentes à correção do saldo da conta de Subv. Investimentos para Investimentos a Amortizar do passivo não circulante contabilizado no exercício de 2015.

Os efeitos dos ajustes podem ser demonstrados conforme a seguir:

	Saldos em 31.12.2015 Originalmente Divulgados	Ajustes Procedidos	Saldos em 31.12.2015 Republicados
Ativo Circulante			
Contas não Ajustadas	6.966.925	-	6.966.925
Ativo Não Circulante			
Contas não Ajustadas	13.761.254	-	13.761.254
Total do Ativo	20.728.179	-	20.728.179
Passivo Circulante			
Contas não Ajustadas	5.280.055	-	5.280.055
Passivo não Circulante			
Investimentos com recursos projetos	12.872.288	71.958	12.944.246
Contas não Ajustadas	44.339	-	44.339
Patrimônio Líquido			
Superávit (Déficit) acumulado	484.182	(71.958)	412.224
Contas não Ajustadas	2.047.315	-	2.047.315
Total do Patrimônio Líquido	2.531.497	(71.958)	2.459.539
Total do Passivo	20.728.179	-	20.728.179
Resultado do exercício			
Receita Operacional Líquida	24.012.319	(71.958)	23.940.361
Contas não Ajustadas	-23.528.137	-	-23.528.137
Superávit (Déficit) do exercício	484.182	(71.958)	412.224

13 Processos judiciais e contingências

O Instituto, atualmente, não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a Administração do Instituto não julgou necessária a constituição de provisão para perdas com processos judiciais.



14 Receita operacional líquida

	2016	2015
Subvenção do MCTI	14.575.394	20.254.079
Ecoturismo	2.198.988	1.802.972
Convênios	7.216.817	1.708.276
Doações recebidas	204.901	247.439
Vendas de produtos	91.346	120.036
Outras receitas	42.210	41.037
	24.330.256	24.173.839
Deduções de vendas	(287.677)	(155.523)
	24.042.579	24.018.316

15 Custos das atividades

	2016	2015
Salários	(6.348.180)	(7.624.347)
Encargos sociais	(2.520.397)	(2.856.337)
Provisões	(1.558.236)	(1.729.824)
Materiais e bens	(1.546.013)	(1.617.248)
Serviço de terceiros	(753.235)	(1.637.916)
Diárias e passagens	(341.541)	(485.906)
Custo com serviços - Ecoturismo	(297.513)	(174.798)
Utilidades e serviço	(136.839)	(125.762)
Custo apoio de gestão	(84.188)	(62.098)
Serviços de auditoria/consultoria	(65.845)	(52.255)
Custo de produtos vendidos (loja)	(39.034)	(59.879)
Locações diversas	(34.836)	(123.305)
Encargos sobre serviços de terceiros	(16,13)	-
Informação científica	(9.365)	(3.744)
Locação de mão de obra	(5.100)	(16.255)
	(13.740.339)	(16.569.674)

16 Despesas com pessoal

	2016	2015
Salários e honorários	(1.216.486)	(1.388.620)
Encargos sociais	(440.835)	(487.667)
Despesa com 13º salário e férias	(255.180)	(183.730)
Encargos sociais sobre provisões	(69.827)	(53.416)
	(1.982.328)	(2.113.433)



17 Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Depreciação e amortização	(1.377.737)	(1.653.329)
Locações	(668.338)	(1.003.609)
Serviços de terceiros	(183.541)	(530.010)
Despesas tributárias	(202.020)	-
Materiais e suprimentos	(173.169)	(777.534)
Utilidades e serviços	(388.808)	(413.121)
Multas	(140.948)	(230.669)
Diárias e passagens	(19.275)	(71.126)
Outras despesas	(27.788)	(3.261)
	3.178.624	(4.682.659)

18 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido, findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	289.398	141.337
Outras receitas financeiras	5.954	3.220
	295.352	144.557
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(77.570)	(89.032)
Outras despesas financeiras	(115.991)	(5.066)
	(193.561)	(94.098)
	101.791	50.459

Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	1.925.586	1.708.113
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	1.493	1.112
Bancos	5	26.094	1.162



Aplicações financeiras	5	16.630.574	3.809.410
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	11	7.626.997	1.686.901

Em 31 de dezembro de 2016, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

19 Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTIC

1. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTIC	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2013	10.208.591	26.051.217	170.918	(25.405.194)	11.025.532
2014	11.025.532	21.151.216	320.665	(24.481.457)	8.015.956
2015	8.015.956	12.172.159	295.247	(17.424.114)	3.059.248
2016	3.059.248	22.157,71	296.027	(15.854.356)	9.657.990
				2016	2015
Recursos Auferidos					
Saldo inicial (01.01)				3.059.248	8.015.956
Recursos recebidos – repasses MCTIC				22.157.071	12.172.159
Receita financeira líquida				<u>296.027</u>	<u>295.247</u>
Total dos Recursos Auferidos				25.512.346	20.483.362
Despesas					
Pessoal				(12.296.495)	(11.517.697)
Custeio				(3.553.461)	(5.742.701)
Capital				<u>(4.400)</u>	<u>(163.716)</u>
Total das despesas				<u>(15.854.356)</u>	<u>(17.424.114)</u>
Saldo (31.12)				<u>9.657.990</u>	<u>3.059.248</u>

2. Saldos contábeis das contas patrimoniais vinculadas ao Contrato de Gestão

	2016	2015
No Ativo Circulante		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	9.595.003	1.922.667
Créditos a receber	<u>62.987</u>	<u>1.136.581</u>
	<u>9.657.990</u>	<u>3.059.248</u>



No Passivo Circulante

Obrigações com recursos de projetos (Vide Nota Explicativa nº 11)

Outros Passivos

- Obrigações trabalhistas e sociais	(1.853.826)	(2.263.287)
- Obrigações fiscais e tributárias	(144.278)	(277.524)
- Obrigações em circulação - fornecedores	(32.889)	(518.437)
	<u>(2.030.993)</u>	<u>(3.059.248)</u>
	<u>7.626.997</u>	<u>-</u>

O valor de R\$ 7.626.997, apresentado acima, corresponde ao saldo do ativo circulante, deduzido das despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas, inclusive aquelas cujos cheques emitidos e que se encontram pendentes de compensação.

20 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.489.090.

Tefé/AM, 27 de janeiro de 2017.

HELDER LIMA DE QUEIROZ
Diretor Geral

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Técnico-Científico

SELMA SANTOS DE FREITAS
Diretora Administrativa

ISABEL SOARES DE SOUSA
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0

**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ANO DE 2016
CONTIDAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DO INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ- IDSM**

Aos Conselheiros e Diretores

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM
Tefé - AM

Introdução

Fomos contratados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá ("IDSM") para efetuar um trabalho de asseguração limitada sobre as informações contidas no Relatório de Gestão do IDSM relativas ao ano de 2016. Este trabalho não abrange, portanto, as informações relativas a exercícios anteriores, projeções futuras e razoabilidade das metas dos indicadores de desempenho contidas no Relatório de Gestão.

Responsabilidade da Administração do IDSM

A Administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações relativas ao ano de 2016 contidas no Relatório de Gestão, de acordo com o seu Plano de trabalho acordado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em especial quanto aos assuntos relativos aos indicadores de desempenho definidos no Contrato de Gestão e seus aditivos, firmados entre IDSM e a União, através do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, e pelos controles internos que o IDSM determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma Conclusão sobre as informações contidas no Relatório de Gestão referentes ao ano de 2016, com base em um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a norma brasileira para Trabalhos de asseguração diferentes de auditoria e revisão - NBC TO 3000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance Engagements other than audits or review of historical financial information, emitida pelo IAASB – International auditing and Assurance Standards Board.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações contidas no Relatório de Gestão relativas ao ano de 2016, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e ISAE 3000 consiste principalmente em indagações à administração, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para se obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer também a execução de procedimentos adicionais quando o auditor independente

toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações apresentadas, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações contidas no Relatório de Gestão relativas ao ano de 2016, bem como de outras circunstâncias do trabalho, e de nossa consideração sobre áreas nas quais distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos que adotamos compreenderam:

- O planejamento dos trabalhos considerando a relevância, o volume de informações qualitativas e quantitativas, normas do MCTIC relacionadas ao Contrato de Gestão, os sistemas operacionais, e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações relativas ao ano de 2016 contidas no Relatório de Gestão;

- O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos adotados para a compilação de dados através de entrevistas com os responsáveis pela elaboração das informações relativas ao ano de 2016 constantes do Relatório de Gestão, incluindo a obtenção de publicações relativas ao ano de 2016 informadas no Relatório de Gestão.

- A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas relativas ao ano de 2016 contidas no Relatório de Gestão, e especificamente quanto aos itens, do art 34 da Portaria 967 do MCTIC e suas atualizações:

- I – limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do contrato de gestão;

- II – verificação da remuneração e percepção de outras vantagens pelos dirigentes e empregados da OS, segundo os critérios pactuados no contrato de gestão;

- III – situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas;

- IV – evolução das receitas e saldos do contrato de gestão e suas aplicações financeiras;

- V – contabilização da reserva técnica e sua utilização/adequação;

- VI – verificação de contratos celebrados com recursos do contrato de gestão;

- VII – percentual de alavancagem de recursos extras ao contrato de gestão;

- VIII – evolução do ativo permanente (imobilizado) da OS, segregando os investimentos com recursos próprios e do contrato de gestão; e

- IX – acompanhamento de eventuais pendências junto aos órgãos de controle;

- X – verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do contrato de gestão; e

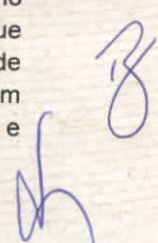
- XI – eficiência da gestão sob o aspecto de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações.

- O confronto das informações financeiras com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis ou relatórios gerenciais.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa conclusão, na forma limitada.

Escopo e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção razoável, que tem por objetivo emitir uma Opinião sobre as informações relativas ao ano de 2016 contidas no Relatório de Gestão. Consequentemente, não nos foi possível obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção razoável que tem por objetivo emitir uma Opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma Opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e



eventuais distorções que podem existir nas informações relativas ao ano de 2016 contidas no Relatório de Gestão.

Dessa forma, não expressamos uma Opinião sobre essas informações.

Nosso trabalho teve como objetivo verificar se os dados incluídos no Relatório de Gestão de 2016, no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas, se apresentam em conformidade com os critérios e as diretrizes do Plano de Trabalho do IDSM para o ano de 2016.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

O escopo de nosso trabalho não incluiu a realização de qualquer trabalho em relação aos dados informados para os anos anteriores, projeções futuras e sobre razoabilidade das metas dos indicadores de desempenho estabelecidas no Contrato de Gestão. Portanto, esta Conclusão abrange somente as informações relativas ao ano de 2016, e excluem quaisquer outras informações.

Conclusão

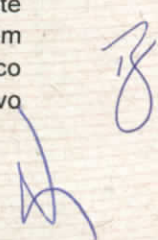
Com base em nossos trabalhos efetuados de asseguarção limitada, descritos neste Relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nós leve a acreditar que as informações relativas ao ano de 2016 contidas no Relatório de Gestão, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios contidos no Plano de trabalho e normativos, aprovadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme apresentado no item 2 Descrição dos Principais Projetos Realizados pelo IDSM, a instituição depende de um fluxo contínuo de financiamento, de recursos disponíveis na frequência adequada para fazer frente às necessidades de cada projeto. Caso contrário, muitas ações são adiadas ou mesmo canceladas, impedindo que os projetos venham a termo ou que atinjam os objetivos desejados, como o que vem ocorrendo desde 2015, e continuando em 2016.

Conforme Quadro 11 dos 14 indicadores adotados em 2016, oito (8) deles foram plenamente alcançados a despeito de todas as dificuldades relatadas. Cinco (5) indicadores foram alcançados apenas parcialmente, o indicador 5 (nova turma no CVT) não pode ser calculado pela não abertura de nova turma no CVT por falta de recursos financeiros. Esta situação reflete a falta de recursos financeiros oriundos do contrato de gestão. O desempenho institucional vem sendo profundamente afetado desde o ano de 2015, e o IDSM continua exposto a grande risco de insolvência, redução aprofundada do quadro de pessoal e mesmo de encerramento definitivo de suas atividades.



Em 09 de junho de 2016 foi assinado 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de junho de 2017. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. O IDSM elaborou e encaminhou em outubro de 2016 a documentação necessária para a celebração do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no valor de R\$ 9.200 mil. Este termo foi assinado em 16 de dezembro de 2016 e o valor repassado integralmente ainda em dezembro de 2016. Em 4 de janeiro de 2017, foi assinado 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no valor de R\$ 1.860 mil, referente a documentação preparatória para celebração do Termo Aditivo ao terceiro ciclo do Contrato de Gestão e para cobertura dos custos das atividades executadas durante o segundo semestre de 2016. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC/RS 5.460/O-0 – S - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS 71.505/O-3 – S - SP
Responsável Técnico



ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS 65.932/O-7 – S - SP
Responsável Técnica